

HABEAS CORPUS Nº 569.843 - SP (2020/0077470-2)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : JULIO CESAR CAGLIUME
ADVOGADO : JULIO CESAR CAGLIUME - SP394986
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CIRO DOMICIANO PEDROSO JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CIRO DOMICIANO PEDROSO JUNIOR contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2255053-84.2019.8.26.0000 e HC n. 2255275-52.2019.8.26.0000.

Nesta via, alega o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar o indeferimento ao paciente do direito de apelar em liberdade.

Assevera que não foram atendidos os requisitos autorizadores da prisão preventiva, insculpidos no art. 312 do CPP, aduzindo que o apenado preenche as condições para ser beneficiado com a liberdade provisória.

Defende o cabimento de medidas cautelares alternativas à prisão, de acordo com o art. 319 do CPP.

Destaca que o sentenciado encontra-se em grave situação de risco diante da pandemia causada pela contaminação do Novo Coronavírus (Covid-19), sendo devida o deferimento da liberdade, nos termos da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente ou o deferimento da liberdade provisória, com a aplicação das medidas alternativas da segregação. No mérito, pugna que possa responder em liberdade aos processos até o trânsito em julgado, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator